

RESUMO: O aborto inseguro é uma das principais causas de mortalidade materna no Brasil e no mundo, por isso se torna um importante tema de debate para a saúde pública, em especial para a saúde das mulheres. No mundo, a legislação sobre o tema se configura de diferentes formas. Há países, como o Uruguai, em que o aborto já foi descriminalizado, o que possibilita a mulher acessá-lo na rede de saúde pública. No Brasil, os casos permitidos por lei são muito restritos, fazendo com que muitas mulheres, que não se enquadrem na lei, realizem o aborto em condições bastante precárias e com alto índice de sequelas. Atualmente, no Brasil, o aborto legal é previsto em três situações apenas: violência sexual (estupro), risco de morte para a mulher e anencefalia. No entanto, é alarmante o desconhecimento dos profissionais de saúde e da população em geral sobre esse direito. Também, é preocupante a escassez de hospitais que realizam o procedimento no Brasil; no Rio Grande do Sul, são apenas seis, sendo quatro em Porto Alegre. E, muitas vezes, o atendimento, quando não é negado, é realizado de forma discriminatória e hostil com relação às mulheres. Considerando a amplitude do tema do aborto, achamos de suma importância que, minimamente, os direitos relacionados já conquistados sejam respeitados e garantidos. Assim, estamos nos reunindo em um grupo amplo de mulheres, enquanto sociedade civil, a fim de desenvolvermos ações concretas para tornar o aborto permitido por lei mais acessível e qualificar o atendimento às mulheres. Temos como objetivos: Desenvolver ações junto aos hospitais de referência no atendimento ao aborto legal, no sentido de qualificar a atuação das instituições e das equipes; produzir material de divulgação sobre aborto legal para profissionais da saúde e população em geral; organizar o 2º Colóquio sobre Aborto Legal no RS: Desafios da Rede de Atenção à Saúde das Mulheres, a ser realizado em Porto Alegre, no dia 26 de setembro de 2017. O grupo tem realizado reuniões mensais para discutir o tema e organizar o Colóquio. Dessa forma, estamos visitando hospitais de referência no atendimento ao aborto legal no estado, bem como articulando reuniões com representantes do estado e do município sobre o serviço de aborto legal na rede de saúde pública, visando conhecer as dificuldades e os desafios da rede de saúde para a realização do procedimento, conforme previsto na lei. A partir das informações recolhidas nesses encontros, estamos construindo a programação do Colóquio, que tem por objetivo reunir profissionais da saúde, gestores do estado e sociedade civil, para que se debata conjuntamente este tema tão importante para a saúde das mulheres e a saúde pública. Por fim, os encaminhamentos do Colóquio servirão de base para nossas ações futuras.